



O funeral da Lava Jato

JUDICIÁRIO A escolha de Bolsonaro para o Supremo Tribunal é uma derrota de Moro e companhia e um triunfo do “acordão”

POR ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer assumiu o poder em maio de 2016 e logo se soube que Romero Jucá, seu ministro do Planejamento, fora gravado a dizer que o emedebista era a saída para “estancar a sangria” da política provocada pela Operação Lava Jato. O *impeachment* de Dilma Rousseff seria o primeiro ato de um acordo “com o Supremo, com tudo”. Temer não matou o lavajatismo, quase foi morto por ele em 2017. O enterro cabe ao seu sucessor, eleito irmanado a lavajatistas e que até levou Sérgio Moro para o time. “Eu não quero acabar com a Lava Jato, eu acabei com a Lava Jato. Porque não tem mais corrupção no governo”, afirmou Jair Bolsonaro na quarta-feira 7.

Cinismo didático. Na véspera, o encenado Renan Calheiros, senador que mantém certa distância do governo, havia dito, na CNN Brasil, que Bolsonaro pode deixar “um grande legado, que é o desmonte desse Estado policaiesco”. Um “desmonte”, prosseguiu, que inclui a escolha de Augusto Aras para procurador-geral da República, a saída de Moro do governo e, agora, a indicação de Kassio Nunes Marques, desde 2011 no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para o Supremo Tribunal Federal.

Piauiense de 48 anos, Marques será sabatinado na quarta-feira 21 pelo Senado, a quem cabe aprová-lo ou não para o

Supremo. Tende a passar. O senador Ciro Nogueira, presidente do PP, principal partido governista e do “Centrão”, é só elogios para o conterrâneo. Da oposição não se ouvem queixas. Na resistência, só a bancada Muda Senado, lavajatista e pró-Moro. Este estrilou no Twitter: qual o compromisso de Marques contra a corrupção? Para o ex-juiz, vemos “a volta da corrupção” e “o triunfo da velha política” pelas mãos de alguém (Bolsonaro) que se transforma “em uma criatura do pântano pelo poder”.

Duas palavras explicam a bronca de Moro e a escolha de Bolsonaro: ativismo



Amizade. Bolsonaro e Toffoli

judicial. A senadores, Marques diz-se contra esse ativismo. Em temas criminais, tal visão faz dele um “garantista”, corrente do Direito que aponta abusos da Lava Jato. Bom para político na mira. A mesma visão faz de Marques antipático à ideia de o Supremo decidir se libera o aborto e a maconha, na falta de leis votadas em um Congresso conservador. Graças a Celso de Mello, que Marques substituirá, o tribunal decidiu, por exemplo, que homofobia é crime. É como se Bolsonaro tivesse feito uma troca. Engole um garantista e ganha um aliado contra o ativismo nos costumes.

E em casos econômicos, como Marques se portará? O atual Supremo é o que a filósofa americana Nancy Fraser chamaria de “neoliberal progressista”. Num dia, 1º de outubro, aprovou a privatização de estatais esquarterjadas. No outro, 2 de outubro, uma cota financeira e de têxtil para candidatos negros. Maus presságios: no TRF1, Marques colecionou decisões pró-ruralistas.

Bolsonaro foi levado na marra a um garantista. Obra do telhado de vidro de seu clã e de uma ala do Supremo afinada com políticos. Dias Toffoli, chefe da corte até setembro, abriu o inquérito das milícias digitais capaz de abastecer a cassação da chapa de Bolsonaro. Guru de Toffoli, Gilmar Mendes cuida dos recursos que chegam no caso das “rachadinhas” de Flávio



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 24

Eleições. Eterno candidato, Russomanno quer superar a imagem de cavalo paraguaio



Missão. Marques foi escalado para conter o ativismo judicial nos costumes

O ex-capitão viu-se obrigado a reforçar a “ala garantista” do STF para proteger a família e os amigos

Bolsonaro. Não é por acaso que a dupla foi a primeira a ser avisada pelo presidente da escolha de Marques, em um jantar na casa de Mendes. Dias depois, o ex-capitão foi à de Toffoli, comer *pizza* e ver o jogo do Palmeiras, o time de ambos. Despudor total.

Luiz Fux, presidente do Supremo, melindrou-se por não ter sido ouvido por Bolsonaro. Queria o quê? Lavajatista, mantém-se longe do presidente, e este se resignou. Para dar fôlego à operação, levou de surpresa uma proposta aos colegas, horas antes de Bolsonaro anunciar a morte da Lava Jato. O plenário da corte deveria voltar a decidir processos de deputados, senadores e ministros. Desde 2014, no embalo da Lava Jato e da maratona do “mensalão”, esses julgamentos cabiam às duas turmas. A delegação desafogou o plenário. Mas, com a abolição do foro privilegiado em 2018, ele ficou mais folgado.

A proposta vingou. Agora parlamentares e ministros ficarão expostos à luz do plenário, não mais no escurinho das turmas. Casos de Ciro Nogueira, do deputado tucano Aécio Neves e do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, do MDB. Para a alegada suspeição de Moro nos processos contra Lula, nada muda. É um recurso, não um processo nascido no Supremo em razão de foro. Será decidida na 2ª turma, à qual Marques deverá se juntar. Ele, Mendes e Ricardo Lewandowski deverão decretar a suspeição, contra Edson



Fachin e Carmen Lúcia, e, assim, devolver os direitos políticos ao petista.

Alheio a isso tudo, o bolsonarismo radical revoltou-se com a escolha de Bolsonaro. Para esse pessoal, o “mito” está irreconhecível, é traidor. Os motivos? Marques seria “petista”, por ter sido nomeado para tribunais por Lula e Dilma e por não ter se oposto, como juiz, à permanência do terrorista italiano Cesare Battisti por um tempo no Brasil. É querido pelo “Centrão”. E não é conservador em usos e costumes. Entre os zangados, Olavo de Carvalho, o guru do hospício, a deputada estadual paulista Janaina Paschoal, a do *impeachment* de Dilma, Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, o deputado dito príncipe, Allan dos Santos, blogueiro, e Sara Geromini, ativista de extrema-direita.

A dissertação de mestrado em Direito de Marques apavorou Janaina. É de 2015, defendida na Universidade Autónoma de Lisboa. Marques cita o filósofo americano Ronald Dworkin, ideólogo do ativismo judicial em temas comportamentais, morto em 2013. O aborto seria um caso para ativismo, tema que Marques diz encarar como questão de saúde

Com a indicação de Kassio Marques, a ala evangélica do bolsonarismo rachou

pública (para o bolsonarismo, é de dogma religioso). Desde 2017, o Supremo tem uma ação do PSOL que pede para o aborto não ser considerado crime.

A dissertação contém trechos idênticos aos de artigos de outro advogado piauiense, Saul Tourinho Leal. Plágio? Marques nega. Seriam propósitos opostos. Ele é pela contenção judicial e Leal, pelo ativismo. E a coincidência de trechos? Troca de figurinha com o conterrâneo, diz.

Há mais rolo no currículo. O juiz aponta “pós-graduação” em Contratação Pública na Universidade de La Coruña, na Espanha. A instituição disse ao *Estado de S. Paulo* não ter esse curso. Após de Marques foi um curso de cinco dias, em 2014, do qual participou como ouvinte. Ao líder

da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues, disse que houve problema na tradução do termo espanhol “pósgrado”, literalmente “pós-graduação”.

Os senões de CV não parecem que implodirão a indicação de Marques, como ocorreu com a tentativa de Bolsonaro de nomear Carlos Alberto Decotelli ministro da Educação. Abraham Weintraub, a quem Decotelli sucederia, e o irmão Arthur, assessor especial do presidente, conversaram com Marques nos últimos dias. Bolsonaristas radicais queriam entender a escolha do presidente. O juiz teria se comprometido: nada de ativismo. Ufa!, respiraram os irmãos.

Outros “irmãos”, não. A ala evangélica do bolsonarismo rachou. A Igreja Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, defendeu a escolha. Foi só por Marques representar “um acréscimo” no “caminho do desejável equilíbrio”, como a igreja declarou? Ou foi porque a Universal não quer contrariar o ex-capitão agora, quando espera ajuda para reeleger prefeito do Rio Marcelo Crivella, sobrinho de Macedo, e eleger Celso Russomanno em São Paulo?

A hipótese eleitoral foi semeada por Silas Malafaia, enfezado com Bolsonaro. O pastor da Assembleia de Deus queria no STF o “terrivelmente evangélico” prometido. Tinha levado a Bolsonaro, em 2 de setembro, uma lista tripla com os favoritos dos crentes. No papo, o ex-capitão não teria feito segredo: “Tenho que botar alguém que eu tenha que ter confiança, devido a tudo isso que está acontecendo”. Na segunda-feira 5, Bolsonaro foi a um culto e tascou que para a próxima vaga, que se abre em junho de 2021, escolherá “um pastor”.

A propósito, na despedida de Celso de Mello do plenário do Supremo, na tarde da quinta-feira 8, após a conclusão desta reportagem, a corte decidiria se o presidente teria de depor perante um delegado da Polícia Federal. •



Divergências. Malafaia cobra um evangélico no STF, Macedo mira nas eleições